



ANÁLISE DO DISCURSO: AS RELAÇÕES DE PODER NA SALA DE  
AULA DE LEITURA  
(ANALYSIS OF DISCOURSE: THE RELATIONS OF POWER IN  
READING CLASSROOMS)

Vânia Maria Lescano GUERRA\* (Universidade Federal de Mato Grosso do sul)

**ABSTRACT:** *This article, based on the ideas of Pêcheux, Althusser and Foucault, investigates the formation of pedagogical discourse on the teacher in reading classes. This research is based on classes with students from two different schools about the teaching of Portuguese. As regards the relationship between subject, language and ideology, a pattern of submission was found.*

**KEYWORDS:** *Pedagogical Discourse; Ideology; LM Reading; Teaching; Portuguese.*

Considerações Introdutórias

A aula de *leitura* é um lugar privilegiado para se pesquisar como o professor procede com textos diante dos alunos, o modo deste ver o texto e o próprio ato de ler. Além disso, acreditamos que a leitura deva ser, se não a primeira, uma das mais importantes atividades na escola e fora dela, uma vez que ler é interpretar, significar. Pretendemos, de certa forma, contribuir para a reflexão sobre o trabalho pedagógico do professor de Língua Materna (LM) que, inserido num contexto sócio-histórico-ideológico-cultural, apresenta certos comportamentos verbais, influenciando a construção de outros sujeitos. Trata-se de reconhecer que são importantes os valores, as ideologias e os princípios estruturadores que dão sentido às histórias, às culturas e às subjetividades definidoras das atividades diárias dos educadores (GIROUX, 1988).

Nosso objetivo é o de rastrear, na fala do professor, em aulas de leitura, as manifestações lingüísticas da sua formação, na tentativa de problematizar a relação professor e sua formação, partindo da observação da relação professor/aluno. Para isso, temos gravações em áudio de dois sujeitos de pesquisa (P 1 e P 2), professores que ministram aulas de Língua Portuguesa (LP) na Rede Estadual de Ensino Fundamental, sendo ambos graduados em Letras.

Este estudo apóia-se na hipótese de que a fala do professor e as relações professor/alunos em sala de aula manifestam aspectos de sua formação que, de alguma forma, dificulta a assimilação das *inovações pedagógicas* no momento de sua prática.

---

\* Professora do curso de Letras da UFMS e doutoranda do Programa de Lingüística e Língua Portuguesa da UNESP/Araraquara (CAPES/PICD).



## 1. A Perspectiva Teórica da Análise do Discurso

Nosso trabalho insere-se na Análise de Discurso de linha francesa (AD) que norteia nossas convicções de que, através de um saber socialmente legitimado, relativo às questões de ensino, e da delimitação de um poder regulador, predomina uma *ideologia* que determina um padrão de professor, de ensino, de metodologia e de conceitos a serem veiculados na escola.

Na visão de ALTHUSSER (1992), por exemplo, a ideologia tem existência material, e é nessa existência material que deve ser estudada, e não enquanto meras idéias. Para o filósofo, estudar a ideologia é situar o sujeito no mundo como um ser prático e ativo e está ligada às condições de produção e reprodução de uma sociedade. Ele formula duas teses principais:

- 1) *não existe prática senão através de e sob uma ideologia; e,*
- 2) *não existe ideologia senão através do sujeito e para sujeitos.*

Nessa ótica, a escola passa a ter a função de reprodução, de ideologia dominante, concretizando o jogo de ilusões, à medida que as concepções de mundo não correspondem à realidade. Para ALTHUSSER, à escola cabe o papel dominante “*se bem que sua música seja silenciosa*” (op.cit.:32).

Dessa maneira, o objeto inexistente ao seu saber e, por sua vez, o saber é constituído de um conjunto de práticas discursivas e não-discursivas. Assim é que FOUCAULT (1979) pressupõe relações entre as formações discursivas e domínios não-discursivos que dizem respeito às instituições, acontecimentos políticos, práticas e processos econômicos, como determinantes das práticas discursivas. Segundo ele, o poder não é um objeto natural, mas sim prática social e, como tal, constituído historicamente.

Sob essa perspectiva, aceitamos que *saber e poder* se implicam mutuamente. Não há relação de poder sem constituição do saber; todo saber constitui, por sua vez, novas relações de poder. Todo o exercício do poder é também um lugar de formação do saber. Sendo assim, a Instituição-Escola é um lugar de ensino, produção, acúmulo e transmissão do saber, lugar de trocas, reflexões, estudos etc. Se a ideologia é um conceito fundamental nesta abordagem discursiva, dado que alia o lingüístico ao sócio-histórico, então, *a linguagem* passa a ser um fenômeno que deve ser analisado não só no seu sistema interno, como também enquanto formação ideológica que se manifesta neste mesmo contexto sócio-histórico. Dessa forma, incide profundamente, na formação dos sujeitos, e mais do que isso, constitui esses sujeitos.

Como já dissemos, é, pois, com a linguagem que o sujeito se constitui, e é também nela que ele deixa marcas desse processo ideológico. E é ainda na linguagem que configuramos pistas para nos aproximarmos do sujeito, analisando sua fala, observando características da sua formação.



Temos convicção de que o professor, com suas técnicas de sujeição inscritas em suas práticas pedagógicas, é uma engrenagem essencial para que a máquina funcione conforme padrões solicitados, treinados, constituídos e naturalizados pela própria Instituição-Escola, pois, a esta também cabe a função de homogeneizar e integrar pensamentos e ações dos que lá passam e dos que nela permanecem.

Para PÊCHEUX (1988), o “*esquecimento nº 1*” é aquele em que o sujeito se coloca como origem de tudo o que diz. Esse esquecimento é de natureza inconsciente e ideológica, o sujeito procura rejeitar, apagar, de modo inconsciente, tudo o que esteja fora da sua formação discursiva, o que lhe dá a grande ilusão de ser o criador, dono absoluto de seu discurso.

Ainda segundo o autor, com o “*esquecimento nº 2*”, o sujeito, ao selecionar certos dizeres em detrimento de outros, privilegia algumas formas e seqüências e “apaga” outras. Assim, o sujeito tem a ilusão de que o que diz tem apenas um significado, isto é, que todo interlocutor captará suas intenções e suas mensagens da mesma maneira. Ele não percebe que são os outros do discurso que determinam o seu dizer, que ele não pode ter controle total sobre os efeitos de sentido que seu dizer provoca, justamente porque sentidos indesejáveis resvalam à revelia do seu consciente.

Para a AD, o sujeito é essencialmente ideológico e histórico, pois está inserido num determinado lugar e tempo. Com isso, ele vai posicionar o seu discurso em relação aos discursos do outro, inserido num tempo e espaço socialmente situados. Portanto, o sentido e o sujeito não são transparentes mas sim movimento e historicidade.

## 2. Análise e discussão dos dados

No intuito de analisar o discurso dos professores em aulas de leitura de LM, e observar as manifestações lingüísticas de sua prática, mostraremos como o corpus se constitui frente ao objetivo proposto.

Concordamos com FOUCAULT (1979) quando afirma que os mecanismos de poder nunca foram muito estudados no decorrer da história. Averiguaram-se as pessoas que detiveram o poder, entretanto tal poder em suas estratégias, em seus mecanismos, não foi muito abordado. E, ainda, o que foram menos estudadas foram as relações entre o poder e o saber.

Parece-nos pertinente, para nossa análise, observarmos como se dá essa relação de poder e saber nas aulas de leitura de LM e, para isso, procuramos explicitar as imagens de professor e aluno existentes na Instituição-Escola.

Acreditamos que existe uma troca entre o mestre que transmite o seu saber, controla e “ordena” aos alunos e o aprendiz que precisa contribuir com seus trabalhos, seu auxílio e, freqüentemente, uma retribuição (FOUCAULT, 1986:142).



O sujeito possui um conjunto de imagens que o habitam e a imagem que o professor faz de si é a de quem emana o poder, uma vez que a palavra é um lugar de poder, e a do aluno, o sujeito que recebe e aceita tudo o que advir do seu mestre. Dessa forma, uma hierarquia de poderes é estabelecida que refletirá em efeitos de poder nos discursos produzidos na Instituição, que é quem determina as posições dos sujeitos.

Já que os professores observados programam suas aulas e têm de seguir e concluir passo a passo o que foi sistematizado, ou o que o livro didático determina, tentaremos mostrar marcas definidoras nas suas falas, caracterizando o que o aluno deve fazer e qual deve ser o seu procedimento.

Ao mesmo tempo em que o professor traz consigo uma imagem do aluno, ele constrói a sua própria imagem, impondo-se como uma autoridade do saber. Aos alunos (A 1, A 2 etc) não é dado o direito de assumir asserção alguma, a qual pressupõe um trabalho de seleção, de investimento de suas experiências, cobrando-lhes, na realidade, do aluno uma espécie de reformulação interior. Exemplificando esta situação, temos:

P1: (...)  *você gostou do livro?*

A1: ...  *eu gostei.*

P1:  *o que seria ...?*

A1:  *ah... por causa que ela estava grávida e ficava esperando que o filho dela estava com aids ou não e*

P1:  *José Tadeu...?*

A2:  *eu não li professora.*

P1:  *você não leu ??? ((comentário irônico))*

A2:  *não... eu vou ler...*

P1:  *qual livro você já leu?*

A2:  *eu li o anterior... aquele que ...*

P1:  *quem mais leu?*

Mesmo, raras vezes, quando o aluno tenta alguma participação em relação à interpretação do texto, conforme pudemos observar, opondo-se, ao menos aparentemente, ao que é óbvio, o professor reage. Esta reação pode ocorrer de duas formas: 1) o professor ignora a fala do aluno, seguindo sua aula normalmente, tranqüilamente; ou então 2) o professor pode até dizer ao aluno que o que ele (aluno) propôs é aceitável, mas que o que ele diz é o mais correto.

Tal fato denota uma situação que remete a um conceito já conhecido pelo professor, portanto, um discurso socialmente aceito e legitimado, atribuindo validade e confiança aos seus conhecimentos, palavras e decisões do professor e fazendo com que seus aprendizes incorporem o valor persuasivo das verdades das suas palavras. É o que parece ocorrer também nos seguintes exemplos:



P1: (...) *qual a trama predominante? Eu já acabei de dizer pra vocês que a trama predominante aí é uma trama descritiva e pedi a vocês que vocês retirassem do texto termos que comprovassem isso.*

P2: (...) *e agora vamos responder as perguntas... o quadro da página ao lado mostra-nos uma cena... que seres inanimados aparecem no cenário? O barco. Com vida é o peixe... tem vida não está morto...olha aí...está no texto.*

Podemos verificar que o professor nunca abre espaço para o outro no sentido de permitir a inclusão de diferentes idéias, constatações, interpretações. A opinião do aluno é pouco relevante, excluindo qualquer possibilidade de participação do mesmo. Como a fala do professor está presente quase todo o tempo, parece-nos que o aluno também, inconscientemente, promove a idéia de consenso, harmonia, homogeneidade, aceitando tudo o que advém da escola.

Na nossa ótica, os conflitos tendem a se dar por uma interpretação diferente por parte do aluno, pondo em risco a posição de centro que o professor ocupa, o centro da enunciação, o lugar do poder institucionalizado, de comandante do discurso em aula. Para a manutenção da posição central, o professor toma atitudes que camuflam o conflito. O diálogo a seguir é um bom exemplo:

P1: (...) *o texto nós não podemos fugir disto... está bom? mesmo que você ache::: que o texto é mentiroso::: mesmo que você ache que as questões que estão no texto não são verdadeiras não são confiáveis::: não interessa::: o que interessa é o que está se perguntando::: segundo o texto e aí todos vocês fizeram e acertaram... porque isso é fácil assim ... não é?*

A1: *é verdade... repete de novo professora.*

P1: *vocês têm isso no texto pronto...*

Temos convicção de que o professor não percebe que o seu ensinar nada mais é do que reproduzir conhecimentos impostos ao longo de sua formação como aluno e profissional, conceituando a posição do professor como um saber total e sólido, ao deixar o aprendiz impossibilitado de construir idéias, criticar, posicionar-se perante um texto, uma leitura.

Para nós, fica evidente que estes professores seguem basicamente uma abordagem não reflexiva, um ensino essencialmente verbalista, mecânico e de reprodução de conteúdo. Eles instruem, interpretam, a partir de teorias que acreditam dominar, um saber embasado em valores e crenças assentadas em suas formações profissionais, de vida, conseqüentemente, históricas e ideológicas, que determinam suas decisões, metodologias, atitudes e falas.



## Considerações Finais

Embora tenhamos analisado apenas as manifestações da relação de poder e saber do professor, a partir do discurso de dois informantes, dada a extensão deste artigo, temos consciência de que é da combinação das experiências anteriores, mesmo que de forma inconsciente, que o professor constrói o seu discurso, de onde ele pensa emanar uma verdade inquestionável que é repassada para sua prática. Essas experiências anteriores são constituídas pelos “esquecimentos” conceituados por PÊCHEUX (1988), por experiências pessoais, acadêmicas e profissionais, que determinam o dizer e o fazer do professor.

É importante deixar claro que todo este levantamento e análise do corpus coletado não nos concede o direito de culpar o professor pelo modo como ministra suas aulas de leitura em LM. Salientamos, entretanto, que, ao dizer que há domínio e tentativa de controle na construção da significação por parte do professor sobre seus alunos, ele, professor, também é orientado por ideologias, conceitos determinados institucionalmente, não podendo, portanto, ser julgado e condenado como um ser perverso, manipulador e castrador.

A partir do que foi exposto, acreditamos que é importante saber coisas (ler, portanto), mas principalmente, é imprescindível (e é possível) lançar mão de recursos que conferem um ar de multiplicidade de pontos de vista aos textos. Isto porque estamos convencidos de que o ensino de LP não pode continuar sendo visto como a transmissão de conteúdos prontos e sim como uma tarefa de construção de conhecimentos por parte dos alunos, uma tarefa em que o professor deixa de ser a única fonte autorizada de informações, motivações e sanções. Portanto, o *ensino deveria subordinar-se à aprendizagem* (POSSENTI, 1998:95).

**RESUMO:** Este artigo, apoiado nas idéias de Pêcheux, Althusser e Foucault, investiga o discurso pedagógico do professor em interação com alunos de duas escolas diferentes em aulas de leitura em Língua Materna (Português). Nossos dados evidenciam que as relações entre sujeito, linguagem e ideologia são permeadas por estruturas de submissão.

**PALAVRAS-CHAVE:** *Discurso Pedagógico; Leitura em LM; Ensino; Português.*

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALTHUSSER, L. *Aparelhos Ideológicos do Estado*. Rio de Janeiro: Graal. (1970). 1992.
- FOUCAULT, M. *Microfísica do Poder*. Org. e tradução de Roberto Machado. Rio de



Janeiro: Graal. 1979.

\_\_\_\_\_. *Vigiar e Punir*. Petrópolis: Vozes. 1986.

GIROUX, H. *A Escola Crítica e a Política Cultural*. Trad. de Dagmar M. L. Zibas. São Paulo: Cortez e Autores Associados. 1988.

PÊCHEUX, M. *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução de Eni P. Orlandi et al. Campinas: UNICAMP. 1988.

POSSENTI, S. *Por que (não) ensinar gramática na escola*. Campinas: Mercado de Letras: Associação de Leitura no Brasil. 1998.